

[29 de Agosto: Dia Nacional de Combate ao Fumo]

Com dez anos de suspensão da norma que proíbe aditivos em cigarros, Brasil perde chance de proteger juventude do tabagismo

A Resolução da Anvisa que proíbe saborizantes e aromatizantes (a RDC n.º 14/2012) enfrenta batalha judicial promovida por representantes dos interesses das empresas de tabaco

O principal motivo pelo qual as pessoas, especialmente os jovens, experimentam cigarros é porque o cheiro e o gosto são amenizados por aditivos de aromas e sabores. As empresas de cigarro usam cravo, mentol, açúcares e de frutas para minimizar o desconforto das primeiras tragadas. Isso faz com que o produto pareça inofensivo, mas, na verdade, essas substâncias são tóxicas e podem potencializar a dependência.

Uma regra da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que regula a questão ([a RDC nº 14/2012](#)), aguarda há mais de 10 anos para produzir efeito. Mais de 45 ações judiciais propostas por empresas que representam os interesses da indústria de tabaco – entre elas, o Sinditabaco-Bahia, SindiTabaco, a Cia Sulamericana – questionam a competência da Agência como estratégia para impedir que os cigarros com aromas e sabores saiam definitivamente das prateleiras dos pontos de venda. Um dos casos [tramita no Supremo Tribunal Federal](#) e teve repercussão geral reconhecida pelo relator, ministro Dias Toffoli.

Uma lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional poderá encerrar debates judiciais e tornar a regra mais efetiva. Oriundo do Senado, o projeto que prevê alterações na Lei Antifumo (n.º 9.294/1996) está em tramitação na Câmara dos Deputados (PL n.º 6.387/2019) e inclui, entre outras medidas, a proibição do uso de aditivos de sabor e aromas em produtos de tabaco. ([Saiba mais](#)).

"Está mais do que na hora de tirar do mercado os cigarros com aditivos. São usados para atrair e manter o consumo, especialmente por jovens. Isso vale para cigarros convencionais e também cigarros eletrônicos, proibidos no Brasil, mas com forte apelo tecnológico e oferecidos com milhares de sabores", afirma Mônica Andreis, diretora-geral da ACT Promoção da Saúde.

Vale lembrar que o Brasil ratificou a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde, que estabelece nos seus artigos 9.º e 10.º que os países que são parte do acordo devem proibir ou restringir ingredientes que possam ser usados para tornar os produtos fumígenos mais palatáveis, assim como ter propriedades corantes, criar a impressão de que são benéficos à saúde ou serem associados à energia e à vitalidade.

Novas marcas

De acordo com Instituto Nacional do Câncer (INCA), com base nos dados da Anvisa, em 2021, havia 752 marcas de cigarros e outros produtos derivados do tabaco registradas na Anvisa, sendo 265 com descritores de sabores.

O Inca destaca que, dez anos depois da resolução publicada - mas sem efeito (2012 a 2022), o número de produtos de tabaco aromatizado para venda legal no Brasil mais do que triplicou. A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta a existência de 16 mil sabores disponíveis no mercado, sendo os mais comuns o de hortelã, de cravo e o de menta.

Aditivos de sabores e aromas impulsionam consumo de cigarros eletrônicos

Neste intervalo, também entraram na cena os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) - como cigarros eletrônicos, vapes, tabaco aquecido e outros, que têm nos aditivos de aromas e sabores uma das principais iscas para atrair jovens. São os saborizantes que tornam os vapes interessantes, uma vez que, sem eles, o produto se torna intragável.

Maioria apoia proibição de sabores nos cigarros

Em uma pesquisa Datafolha inédita, a maioria das pessoas (70%) apoiou a ideia de proibir esses sabores nos cigarros, não importa se elas fumam ou não, qual é a idade, gênero ou escolaridade delas. Encomendado pela ACT, o levantamento de 2023 também apontou que 79% aprovam a proibição dos dispositivos eletrônicos para fumar. ([Saiba mais](#)).

O tabagismo é uma doença pediátrica

Especialistas em saúde vêm defendendo a proibição de adição de sabores e aromas a produtos derivados do tabaco como uma forma de controle do tabagismo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o tabagismo uma doença pediátrica, pois 90% dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos e quanto mais cedo iniciam o uso do tabaco, mais rápido se tornam dependentes.

Sobre a ACT Promoção da Saúde

A ACT Promoção da Saúde é uma organização não governamental sem fins lucrativos que, desde 2006, atua na promoção e defesa da saúde pública, com foco nas políticas regulatórias relacionadas aos fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, principalmente o controle do tabagismo e do álcool e a promoção da alimentação e de atividade física. O trabalho da ACT também inclui os direitos humanos e a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.